

Para além das tarifas: Jean Gottmann e a vingança da geografia¹

Iná Elias de Castro²

Introdução

Em muitos anos de vida acadêmica não me lembro de ter visto a Geopolítica na ordem do dia dos debates da mídia, convencional ou não. Especialistas são convocados diariamente para fazer análises de conjuntura e para especular em torno da questão mais difícil: que mundo emergirá do que alguns estão chamando de movimento das placas tectônicas da globalização, provocado pelas decisões sobre as tarifas de importação nos primeiros meses do segundo governo de Donald Trump nos Estados Unidos. Colocando o comércio internacional no centro de seu projeto para “tornar a América grande de novo”, com o uso de tarifas como instrumento para reduzir o déficit comercial americano, e em tese retomar sua capacidade de enriquecer, reacendeu-se o debate sobre o processo de definição de parâmetros para os desenhos da ordem internacional em diferentes momentos da história.

A capacidade do poder de decisão das potências globais para mudar o *mapa mundi* político para melhor atender a seus interesses tem sido objeto de análise de estudiosos da história das relações internacionais. Seria possível nesses estudos resgatar algumas diretrizes da teoria das elites do poder, especialmente sobre suas personalidades e o alcance de suas decisões autocráticas, com consequências não negligenciáveis para muitos países, mas este é um exercício que deixo para outros fazerem. Aqui proponho resgatar os conceitos de circulação, cruzamento (*carrefour*) e iconografia de Jean Gottmann³ como grade de análise das ferramentas clássicas da Geografia e da Política, para tentar enxergar além dos fenômenos da confusa conjuntura imposta aos Estados de todo o globo pelo ocupante do poder na Casa Branca. Escrito em francês após um curso ministrado na Sciences-Po Paris em 1950-1951, “*A política dos Estados e sua geografia*” continua sendo uma obra pouco conhecida, embora essencial para repensar a Geografia Política e compreender a organização do mundo contemporâneo, moldado pela globalização. Publicado poucos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o texto apresenta uma interpretação de

¹ Remeto ao título do livro de Robert D. Kaplan, “A vingança da Geografia”, Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

² Professora Titular da UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pesquisadora 1A do CNPq.

³ Gottmann, Jean. *La politique des États et leur Géographie*. Paris, Librairie Armand Colin, 1952.

atualidade surpreendente para revelar um mundo em plena recomposição. E, acima de tudo, oferece um aparato conceitual para ler o mundo que muitas vezes falta na Geografia Política¹.

A discussão bastante sucinta aqui proposta está dividida em duas partes, na primeira resgato os *insights* teóricos de Gottmann sobre a relação da geografia com a política dos Estados como fundamento do painel longo da história, forjado na dialética das transformações do espaço que se fazem pela dinâmica entre os lugares – seus conteúdos materiais e posições estratégicas e o conjunto de valores forjados na vida comum. Tempos e escalas diferentes são mobilizados no contínuo confronto dessas forças estruturantes da geopolítica mundial. Nas considerações finais, que são a segunda parte, proponho um experimento analítico sobre algumas questões contemporâneas a partir dos fundamentos teóricos de Gottmann. E exploro brevemente as possibilidades do Brasil, a partir de sua geografia e de sua política, de fazer frente aos desafios colocados pelas incertezas da conjuntura.

A geografia, a política e os Estados Nacionais

O século XXI tem recolocado a geografia no foco das questões centrais para interpretar desafios e conflitos geopolíticos contemporâneos. Juntamente com a política, como campo privilegiado de disputa de interesses e de acordos possíveis, os territórios e seus conteúdos estratégicos conformam as unidades que compõem o complexo mosaico de um mundo dividido em Estados. Geografia e Política configuram, portanto, o fundamento da Geopolítica, campo inescapável dos estrategistas nacionais.

A formação dos nacionalismos, forjados na permanente criação de um conjunto de valores simbólicos e culturais, plenos de relações do passado e do presente foi certamente um dos processos históricos mais plenos de consequências nesses últimos séculos. A criação e o fortalecimento da ideia de nação foram fundamentais para a aderência do Estado ao território e à sociedade com ele identificada, favorecendo sua permanência no tempo. Enquanto o Estado moderno se fez a partir da criação de um aparato institucional legal e de legitimação do controle sobre um determinado espaço, a ideia de nação foi muito mais sutil, baseada na força dos símbolos de uma história comum e da identidade da sociedade com o seu espaço de vida. Nenhum dos dois processos foi autônomo, bem ao contrário, foram construções conscientes das elites no poder, no espaço e no tempo desses processos.

¹ Emmanuelle Boulineau, « Jean Gottmann, *La politique des États et leur géographie* », *Géocarrefour* [En ligne], Vol. 83/1 | 2008 DOI : <https://doi.org/10.4000/geocarrefour.4403>.

São essas instituições e esse cimento simbólico que têm definido o *mapa mundi* político no passado e como o vemos nessas primeiras décadas do século XXI, um tabuleiro complexo de interesses nacionais – por definição conflitantes, de natureza econômica e estratégica. Mas, a geografia é o substrato no qual se movem as peças desse tabuleiro. Porém, criticada pelas suas derivas deterministas de triste memória, colonialista e imperialista, ou como um conhecimento a serviço do poder, a disciplina tornou-se o fantasma do porão que mais do que nunca tem voltado para assombrar seus críticos. Pois, mesmo num mundo cada vez mais interconectado por tecnologia, redes e fluxos digitais, os **fatores geográficos clássicos (território, extensão, localização, conexão, recursos naturais, clima)** continuam desempenhando **papéis centrais nos conflitos, alianças e estratégias dos Estados** e de outros atores globais.

É nesse contexto que retomar a questão central de Jean Gottmann sobre como explicar a divisão política do espaço mundial contribui para ir além dos fenômenos da conjuntura, sempre fluidos, e elaborar uma análise de processos estruturantes. Para ele, é na relação entre a **organização política dos Estados** e os **fatores geográficos** que moldam sua formação, que podem ser encontrados os modos de funcionamento e das disputas no espaço mundial. Ou seja, os Estados não podem ser compreendidos apenas pelas instituições políticas, mas também pela sua inserção no espaço geográfico com suas características peculiares de relevo, clima, vegetação, recursos, localização, extensão, vizinhanças e conexões.

Partindo do pressuposto de que a política dos Estados está na sua geografia e história, Gottmann elaborou um percurso metodológico para compreender os fundamentos da “divisão do mundo”. Nesta abordagem, foram recuperadas doutrinas geográficas das relações internacionais, o papel do território na política, as zonas de fronteiras, as repartições da população, dos recursos e as organizações internacionais, sempre tendo em vista dados do presente e do passado, para chegar à gênese e evolução dos regionalismos (que para ele alicerçam os movimentos nacionalistas), para elaborar sua teoria geral da compartimentação. Recorrendo à noção de divisão do espaço como categoria fundamental, ele destacou dois conceitos – circulação e iconografia - cuja interação entre o externo e o interno, algumas vezes antagônica e em outras complementar, permite explicar a dinâmica das mutações do mapa político do mundo. Há que acrescentar um terceiro conceito, fundamental para suas análises no campo da Geopolítica – os *carrefours* (cruzamentos). Nesse processo, a recorrência do que ele chamou de *sistemas de movimento* e de *sistemas de resistência ao movimento* constituem fatores estruturantes na formação das sociedades e nas suas relações com o exterior.

Para ele, a circulação é naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida no espaço porque ela consiste justamente em deslocar:

Na ordem política, ela desloca os homens, os exércitos e as ideias; na ordem econômica ela desloca as mercadorias, as técnicas, os capitais e os mercados; na ordem cultural ela desloca as ideias, refaz os homens. Ela constitui tanto circuitos de troca como transferências de mão única. Tendo em vista a unidade do mundo acessível aos homens, ela forma um todo infinitamente fluido, infinitamente ramificado. Localizar no espaço os fenômenos consiste em colocá-los nos sistemas de relações que a circulação anima. (...) A circulação permite então organizar o espaço, e é no curso desse processo que o espaço se diferencia.¹

Ele acrescenta que um sistema de circulação sem limites fragmentaria ao infinito a cena política; no entanto, isto não ocorre pela interferência de uma outra força, fundada em princípios abstratos, com o suporte de símbolos nos quais os membros da comunidade terão fé, e que serão ignorados ou negados pelos membros de outras comunidades. São esses símbolos que criam “as cercas mais importantes [que] se encontram nos espíritos”. Ele percebeu, nos dados históricos e geográficos que balizaram suas reflexões, que os nacionalismos ofereciam os conteúdos simbólicos para criar “um cimento sólido [que] liga os membros da comunidade que aceitam a coabitação sob a mesma autoridade política” e tomou a força unificadora desses símbolos como centrais ao seu conceito de iconografia.²

Ele identificou uma simbiose entre as categorias de símbolos que constituem para os povos uma iconografia complexa e eficaz: a religião, o idioma, o passado político e a organização social. O termo iconografia não foi escolhido por acaso e traduz o cimento simbólico dos povos e suas atitudes em relação ao mundo físico e social. É neste sentido que Gottmann afirma que:

A iconografia tende a afastar da nação, de sua unidade e originalidade, os estrangeiros e mesmo as influências estrangeiras. Ela exerce uma ação limitativa aos contatos, portanto, à circulação. Concebe-se assim que ela seja o fundamento das cercas espirituais e políticas da grande dinâmica humana. As iconografias transmitem-se na família e na escola: elas se imprimem fortemente nos espíritos ainda maleáveis das crianças e dos jovens (...) é assim que a *iconografia* se torna na geografia um dique de resistência ao movimento, um fator **de estabilização política**³. (grifo no original)

O processo de cercamento do mundo habitado, ou seja, da sua divisão em nações e Estados, é então explicado pela dialética existente entre as forças da circulação, responsáveis pelas mudanças que se impõem de fora, e a iconografia que são as forças da resistência a essas

¹ Gottmann, 1952, p. 215

² Gottmann, 1952, p. 220

³ Gottmann, 1952, p. 221

mudanças, encontradas nos símbolos e crenças de grupos territorialmente definidos. Há então, entre a circulação, que é só movimento, e a rigidez, seja ela breve ou durável da organização política, uma certa hostilidade, uma oposição de natureza. Essa dualidade torna-se mais complexa frente ao fato de que a circulação supõe uma engrenagem cujos itinerários podem ser utilizados tanto para os bens materiais (para os mercados ou para as guerras) como para os bens simbólicos, mobilizados pelas correntes migratórias. Ou seja, as iconografias, apesar de fenômenos de longa duração, não são petrificadas. Mas a circulação faz surgir também locais estratégicos – os cruzamentos (*carrefours*) – pontos de convergência de fluxos — verdadeiros nós na rede de circulação. Estes são locais de alto valor estratégico, porque concentram e controlam o movimento de pessoas e mercadorias, além de ideias. E, nesse caso, sua função geopolítica é evidente, pois controlar um *carrefour* é ter influência sobre os fluxos — portanto, é um recurso do poder.

Para finalizar esta parte, é oportuno considerar que o estudo de Gottmann tinha por objetivo distinguir fatores contingentes daqueles que efetivamente sedimentavam camadas sobre as quais se assentam a duração longa da história das nações. Neste sentido, tendo em vista o momento presente, cabe perguntar: estamos diante de uma reacomodação dos processos geopolíticos, para adequá-los à contemporaneidade, ou diante de uma bifurcação na história do mundo político das nações?

Algumas considerações finais

Tendo em vista as incertezas presentes, proponho refletir sobre as características da longa duração com suporte na geografia, seja nos circuitos da circulação material, seja nos processos de fortalecimento das identidades nacionais. Neste sentido, o mapa do mundo contemporâneo, progressivamente organizado pelos acordos que, desde as últimas décadas do século passado, possibilitaram interligar cadeias produtivas que tornaram a Ásia um *player* inescapável da economia e da geopolítica globais, certamente não será redesenhado na velocidade que muitos catastrofistas sugerem.

Partindo da premissa de que conceitos e teorias são válidos quando ajudam a compreender dados da realidade, a guerra comercial iniciada pelo governo dos Estados Unidos possibilita, de modo sucinto, explorar os dilemas geopolíticos colocados para os países e formular algumas questões. A primeira é sobre o teste de validade das inferências de Gottmann

sobre a capacidade da circulação como poder estruturante da formação da riqueza das nações. Assim como a Inglaterra no século XIX, os Estados Unidos tornaram-se no século XX uma grande potência ao pôr em marcha capitais e empresas em busca de conquista de mercados e de zonas de influência econômica. A China e sua estratégia silenciosa de reforçar suas iconografias paralelamente ao impulso das forças da circulação tornou-se a grande contendora nas disputas estratégicas entre as potências no século XXI. Nesse cenário, quais os limites para o sucesso de uma iniciativa de retorno a um desenvolvimento autárquico dos Estados Unidos e ao mesmo tempo preservar a posição de potência hegemônica? A segunda é até que ponto na relação, por natureza conflituosa, entre circulação e iconografia está sendo dado um peso maior a esta última nas estratégias nacionalistas das coalisões de poder de extrema direita nos Estados Unidos e em outros países? As iconografias serão capazes de limitar a circulação? Com que consequências?

Ainda na perspectiva dos conceitos de Gottmann, os *carrefours* são pontos de encontro e de tensões entre diferentes fluxos, interesses ou civilizações, o que fica bem evidente na recente disputa sobre o Canal do Panamá e na guerra na Ucrânia, que, localizada entre a Europa Ocidental e a Rússia, constitui um *carrefour* entre duas zonas de influência geopolítica e cultural na disputa entre a integração com União Europeia e a influência russa. Também o valor estratégico dos territórios, mesmo que pouco habitados e gelados, como o Canadá e a Groenlândia voltaram a fazer parte da agenda das disputas geopolíticas entre os países.

Paralelamente, países de desenvolvimento médio têm se articulado para fortalecer seus *ethos* nacionais e reduzir a dependência estratégica das potências econômicas, aproveitando justamente a ampliação dos eixos da circulação e dos mercados nessas décadas do século XXI. Em número expressivo, esses países participam da ordem global e em grupo formam uma força estratégica que não mais pode ser ignorada e tem sido com sucesso explorada pela China. Devido ao crescimento de suas economias, estão construindo uma função de “conectores” ou pivôs entre alguns blocos, como por exemplo o Sudeste Asiático (Vietnã, Indonésia, Malásia, Tailândia) e se beneficiam da implementação de estratégias de desvio de acesso ao mercado pela China. Ou seja, os termos fragmentação, dissociação ou desglobalização não refletem com precisão suficiente as evoluções da geografia econômica atual, em particular no Sudeste Asiático.⁴

⁴ Michel Foucher, L'ordre qui vient : cinq thèses sur le Sud Global à l'ère Trump, Le Grand Continent, 16/maio/2025.

O Brasil, por sua vez, enfrenta desafios complexos na sua geopolítica do século XXI, que exigem coerência estratégica, modernização interna e projeção internacional responsável. Sua localização, recursos e população oferecem vantagens, mas que só serão convertidos em influência real se houver estabilidade institucional, investimento em conhecimento e infraestrutura e uma diplomacia ativa e pragmática. Neste sentido, o país é um *carrefour* de possibilidades — um ponto de cruzamento entre diferentes fluxos e interesses que o colocam numa posição estratégica no mundo multipolar. Convém destacar a Amazônia, cujo mito de “pulmão do mundo” funciona como elemento iconográfico da soberania nacional e como um *carrefour* ambiental e climático, de escala planetária. Sendo um espaço onde se cruzam interesses ecológicos, econômicos, científicos, políticos e geoestratégicos, ela se coloca no centro de debates globais sobre mudanças climáticas, soberania nacional e preservação da biodiversidade.

Finalmente, entre os desafios geopolíticos para o país no século XXI, está a concorrência de países como México, Chile e Colômbia que disputam liderança na América Latina, além da crescente influência da China na região. Mas, frente à nova política tarifária do governo norte-americano, abre-se uma janela de oportunidade, tanto no comércio quanto na atração de investimentos e diplomacia estratégica. Para aproveitá-la, porém, o país precisa se posicionar com visão de longo prazo, modernizar sua economia, sua infraestrutura e atuar com pragmatismo nas relações internacionais. Há, no entanto, evidentes possibilidades de curto prazo para ganhos comerciais com redirecionamento de fluxos de produtos agrícolas (soja, milho, carne), minérios e siderurgia (ferro, aço semiacabado) e produtos industriais específicos. Ou seja, os dados da circulação estão colocados e a geografia do país favorável, cabe à inteligência estratégica do Estado nacional aproveitá-los.

